

## A MEDIAÇÃO DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DE LEITORES

Dra. Rosimeiri Darc Cardoso (FAP/FUNPESQ)<sup>1</sup>

### Resumo

Quando o assunto é a formação de leitores, atribui-se à escola, mais precisamente ao trabalho do professor em sala de aula, uma parcela maior de responsabilidade no processo. Muitas vezes, o que a escola realiza não atende às expectativas da sociedade que passa a classificá-la como incapaz ou não preparada para esse trabalho. Ciente dessa cobrança e do importante papel que desempenha, a escola tem buscado despertar os adolescentes para a leitura, quer pelas mudanças metodológicas implementadas, quer pelo maior espaço dedicado à leitura das obras na escola. Diante dessa situação, o objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão sobre o ensino de literatura nos 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental, procurando destacar como tem sido essa prática e como os alunos respondem ao trabalho desenvolvido. Para isso, tomar-se-á como ponto de apoio visitas feitas a duas escolas maringaenses, oportunidade em que foram visitadas as bibliotecas, entrevistadas as bibliotecárias e os professores, e os alunos responderam a questionários.

**Palavras-chave:** Escola – Literatura Infantil e Juvenil – Formação de leitores

### A Escola e o Ensino de Literatura

A formação do leitor de literatura não pode ser idêntica à do leitor genérico ou pragmático. É certo que o processo de leitura entendido como preenchimento de sentidos vale para todas as obras, visto que, como produções verbais, são compostas de ditos, não ditos e subentendidos. O que acontece é que nos textos informativos, apelativos e argumentativos existe um comprometimento maior com o referente externo, tornando os espaços em branco mínimos, porque não

---

<sup>1</sup> Professora Coordenadora do projeto de ensino *A leitura como instrumento de capacitação profissional*; atua nos cursos de Direito e Administração, na Faculdade de Apucarana, FAP.

pretendem sugerir e dar vazão à imaginação, mas garantir certezas, dar ordens, influenciar comportamentos.

Por sua vez, o texto literário é plurissignificativo, possibilitando várias leituras. A linguagem literária traduz uma visão da existência humana, extraída dos processos histórico-político-sociais que nela estão representados. Pode-se dizer que o texto literário possui autonomia de significação, independe de referentes reais, em razão da coerência interna dos elementos que o compõe, construindo, portanto, um mundo possível, no qual os objetos e processos podem não se delinear totalmente. São essas lacunas que o leitor vai preencher de acordo com sua experiência, pois a “obra apresenta uma série de indicações em potência, que o sujeito atualiza no ato da leitura”. (BORDINI e AGUIAR, 1988, p.15)

Compreender a leitura sob o enfoque de uma teoria que valoriza o leitor no processo de comunicação exige uma prática diferenciada no ambiente escolar, pois o sistema de ensino enquanto instituição é preparado para conservar, transmitir e inculcar a cultura econômica de uma sociedade, ou seja, a escola monopoliza a transmissão cultural de uma sociedade, quer consciente quer inconscientemente, produzindo indivíduos dotados deste sistema de esquemas inconscientes que é a cultura. Como instituição social, a escola coloca-se a serviço da sociedade capitalista, voltada para a tecnologia e o acúmulo de bens. Há um predomínio do espaço da razão e a crença de que educar é depositar conhecimentos.

A importância da literatura no ensino, diante do momento atual, encontra-se registrada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com ênfase para a necessidade de abertura, contemplando literatura erudita e outras manifestações literárias: literatura para crianças e jovens, literatura popular e de massa. O estudo das obras literárias é feito dentro de uma metodologia que trabalha com a integração das disciplinas por meio dos temas transversais, propondo uma mudança radical na organização curricular. Para esta proposta, o texto literário se constitui um terreno fértil, lembrando a especificidade de sua linguagem, mas antes

de tudo porque prende o aluno afetivamente ao proporcionar vivências que gostaria de ter, pela experiência de vida que a leitura do texto literário oferece.

Tomando por base Monteiro Lobato e o significado de sua obra para muitas gerações, Luiz Antônio Aguiar (1999) apresenta a problemática da *didatização* da literatura infantil e juvenil. Essa *didatização* consiste na domesticação para evitar desconfortos, transgressões e subversões, além de transformá-la em literatura maçante, ressecada, simples instrumento curricular. Inscreve-se nessa didatização o modo repetitivo de prática e reprodução, que sugere uma temática e uma linguagem pobremente realistas. Não se põe em julgamento o fato de que esses temas não sejam valiosos (meio-ambiente, discriminação racial, etc.), mas a questão de serem eleitos como “os temas de que devem tratar os livros”, que acaba por eliminar da literatura abordagens múltiplas. “Busca-se fazer o leitor (e sua problemática) caberem dentro de parâmetros fixados à distância, autoritariamente, ao invés de se promover a investigação do universo a que nos dirigimos”.

Também questionando as dificuldades encontradas no trabalho com a Literatura Infantil e Juvenil na escola, Iturbe (1999) parte do levantamento de alguns pontos que nem sempre são postos em discussão, porque afetam, principalmente, a imagem do professor, tais como: se é tão fantástico ler, por que os professores não lêem diante de seus alunos? por que se trabalha com a imposição de temas de leitura na prática docente? por que se estranha o fato de que os jovens e as crianças estão lendo menos, se forem consideradas as práticas realizadas em sala de aula?

A reflexão do autor mostra que, na prática da sala de aula, o professor encontra-se muito longe de oferecer um trabalho com literatura que demonstre valor. Isso pode ser analisado sob dois pontos principais: primeiro, a deficiência na formação desse professor, que muitas vezes não teve contato suficiente com esta literatura; segundo, o professor ainda não descobriu suas potencialidades didáticas e nem a riqueza da criação e da arte autêntica. O autor complementa essa questão, pondo em destaque o fato de que, em sua prática docente, o professor

encontra-se muito preocupado com conteúdos, programas, unidades didáticas, conceitos, procedimentos e não se dá conta de que através de uma prática leitora o aluno aprende motivado e sentindo-se protagonista de seu crescimento intelectual e humano. Assim, as possibilidades didáticas de promover uma pedagogia que se ampare na fantasia, no espírito crítico, na implantação da divergência e respeito pelas diferenças entre os leitores mostram-se muito mais eficientes e atrativas para os alunos.

Soares (1999), ao analisar as relações existentes entre o processo de escolarização e a Literatura Infantil, apresenta três instâncias que mediam esse trabalho: a biblioteca escolar; a leitura e estudo de livros de literatura e o estudo de textos. Nas três instâncias podem ser detectadas estratégias comuns e ao mesmo tempo diferenciadas, entre as quais a orientação do professor, em geral de Português; a avaliação da leitura e a leitura e o estudo do texto com objetivos diferenciados. Sobre a leitura de livros como instância de escolarização da literatura, Soares justifica:

(...) sejam quais forem as estratégias para mascarar esse caráter de tarefa ou dever – jamais a leitura de livros no contexto escolar, seja ela imposta ou solicitada ou sugerida pelo professor, seja o livro a ser lido indicado pelo professor ou escolhido pelo aluno, jamais ela será aquele “ler para ler” que caracteriza essencialmente a leitura lazer, por prazer, que se faz fora das paredes da escola, se se quer fazer e quando se quer fazer. (SOARES, 1999, p.24)

E continua:

(...) por mais que se mascarem também as formas de avaliação – que se dê uma prova, que se peça preenchimento de ficha, que se promova trabalho de grupo, seminário, júri simulado, enfim, que se use seja qual for a estratégia, das muitas que a pedagogia renovadora vem sugerindo, sempre a leitura feita terá que ser demonstrada, comprovada, porque a situação é escolar, e é da essência da escola avaliar. (SOARES, 1999, p.24)

Desta forma, pode-se entender que o processo de escolarização do sujeito, regulamentado por currículos escolares, reserva para o ensino fundamental a leitura de literatura para familiarização do leitor com a especificidade do texto literário e a constituição do seu acervo de leitura; já no ensino médio existe a preocupação com a sistematização teórica do conhecimento literário. Assim, a formação do leitor fica enclausurada no sistema de ensino e não resulta em gosto e prazer pela leitura, uma vez que ao cumprir a escolarização básica o indivíduo abandona a prática da leitura literária.

### **A Prática de Leitura nas Escolas**

Essas questões podem ser facilmente comprovadas pelas práticas comumente encontradas nas escolas. Em visita a duas escolas de Maringá, foram realizadas entrevistas com os professores e todos acreditam que a leitura, no caso a leitura de literatura, é importante na educação da criança e do jovem. Fica claro que para alguns professores a leitura de literatura proporciona ao aluno a vivência de novas experiências e a aquisição ou ampliação do conhecimento por meio dessas experiências; para outros, a leitura de literatura é motivo para análise literária ou para trabalhos interdisciplinares para estudar problemas sociais.

De modo geral, os professores concordam que o trabalho com a literatura de 5ª a 8ª série deve ser feito de forma prazerosa e o aluno deve ser levado a perceber que a leitura desse tipo de texto é um prazer pelas vivências que pode proporcionar, não sendo necessário ensinar nada. Uma vez destacado o fato de que a leitura deve ser feita por prazer, surge, então, um novo ponto: o volume de leitura dos alunos. Todos os professores da rede pública afirmaram que têm alunos que lêem mais, outros que lêem menos, ou somente o que for cobrado. O trabalho na escola pública é organizado através de uma listagem de 50/60 títulos indicados para cada série, dentre os quais os alunos podem escolher e cada professor

estipula um número de livros ou de páginas por bimestre para a leitura a ser cobrada, mas existe o incentivo para que se leia além daquilo que foi pedido. Já na escola particular são trabalhados 4 livros por ano, 1 por bimestre e não houve, em nenhum outro momento da entrevista, qualquer alusão a leituras feitas pelo próprio interesse do aluno ou porque a professora incentiva a leitura além daqueles livros trabalhados em sala de aula.

Outro fator ligado à questão do volume de leitura e da leitura por prazer é a avaliação. É preciso avaliar a leitura de literatura? De modo geral, todos falam em avaliação; uns de forma mais sistematizada; outros de forma mais sutil, uma avaliação mais voltada para a compreensão da temática, mas todos fazem algum tipo de avaliação, seja na escola pública ou na particular. Para algumas professoras, se não for feita uma “cobrança”, os alunos não lêem. Nessa questão, são diferentes concepções de avaliação que são aplicadas para conferir a leitura. A princípio, na rede particular, a professora entrevistada afirmou que até a 7ª série era feita uma leitura prazerosa. Posteriormente, revelou que era feita uma avaliação, *porque a gente tem uma avaliação*, que vai desde a produção de texto, ilustração, dramatização, cartaz, até questões direcionadas à análise dos elementos da narrativa, sem descartar o trabalho oral de debate da temática.

Na rede pública, essa avaliação também é variada. Parte de uma avaliação do livro como Bom/ Ótimo/ Regular e sua indicação para os colegas, até um estudo dos elementos da narrativa e de outros aspectos, mais ou menos uns 8 ou 10 itens. Observam-se posturas bem diferentes quanto às atividades que podem ser desenvolvidas a partir da leitura; cada professor adota aquela que lhe parece melhor, não há uma imposição ou uma unificação de comum acordo entre os professores. Se a professora de 5ª série inicia o trabalho com os elementos que estruturam a narrativa, as professoras das séries seguintes acham melhor não seguir essa prática, porque a avaliam repetitiva e que deve ser feita no Ensino Médio, ou com outros textos, menos com a literatura.

Nesse sentido, os depoimentos das professoras de 6ª até a 8ª série confirmam a hipótese de que muitos alunos não gostam de ler porque são

obrigados a fazer estudos cansativos e repetitivos, nos quais não encontram sentido ou utilidade. Por essa razão, adotam outras atividades, mais livres, entre as quais se destacam o resumo oral ou o texto sobre a temática; sem deixar de citar questões direcionadas à compreensão da literatura como ficção e como forma de entender o mundo e a si próprio.

Importante destacar que há uma postura diferenciada entre as escolas em relação à biblioteca. Na rede pública, o trabalho é feito utilizando os empréstimos da biblioteca, porque os professores sabem que os pais não compram livros, então, trabalham com os volumes que estão disponíveis na biblioteca. Na rede particular, o enfoque é dado para a aquisição do livro, usando para isso o argumento de que o livro é um patrimônio, e que depois os irmãos também poderão utilizá-lo. A professora insiste na aquisição, mas afirma que mesmo assim a biblioteca é bem utilizada, porque os alunos fazem pesquisa, e cita a questão do conteúdo gramatical, que deve ser pesquisado na biblioteca. As escolas vêem o espaço da biblioteca como fonte de pesquisa e aquisição de conhecimento e as bibliotecárias, seja pela falta de formação seja pela obediência ao sistema, acabam não colocando em evidência os benefícios que a leitura pode trazer ao desenvolvimento dos alunos. Um campo tão promissor é restrito apenas ao empréstimo, sem indicação ou compartilhamento.

A maior dificuldade encontrada pelos professores é a falta de interesse dos alunos pela leitura. Alguns professores afirmam que existe uma mudança na postura dos alunos, que não gostam de leituras profundas, mas de leituras que causam impacto, que chocam, como terror, mistério, violência, e que os alunos que gostam de leitura são os mais sensíveis, que formam uma minoria. Uma professora atribui o fato à influência da TV e do computador, da pornografia e da violência que cerca a sociedade de modo geral. A professora da rede particular afirma que a partir da 5ª série os interesses dos alunos mudam e por isso a leitura é posta em terceiro plano.

Depois de entrevistados os professores, os alunos responderam a um questionário com o objetivo de verificar como participam desse processo de

formação e também de mediação. A primeira questão a ser analisada é em relação ao gosto pela leitura e que tipo de leitura gosta de fazer. A maioria dos alunos afirmou que gosta de ler, e os tipos de leitura de que eles mais gostam são variados; o destaque é para suspense, mistério, aventura, romance e informação – revistas e jornais -, aparecendo também a comédia, a ficção e a poesia.

Na leitura, os alunos são tocados por aspectos diferenciados: alguns gostam mais do desenrolar dos fatos, porque vai prendendo a atenção; outros afirmam que gostam mais dos personagens; e outros admiram a imaginação do autor em escrever uma história tão perfeita. Também fizeram menção a alguma coisa desconhecida (palavras, lugares); as figuras; o diálogo entre os personagens; a descrição do ambiente e o sentimento que a história desperta.

Diante das respostas dos alunos, observa-se que os professores não perceberam ainda que trabalham com adolescentes que estão receptivos à leitura. A questão do gosto por temáticas variadas e a valorização do interesse de leitura do adolescente não são exploradas pelos professores. A mediação que o próprio aluno efetua, a indicação da leitura para os colegas destaca-se pelo fato de que estão sempre dispostos a compartilhar leituras. Entretanto, a troca de informações entre eles não é valorizada pelos professores que preferem considerar as indicações feitas na listagem entregue no início das aulas.

### **Considerações finais**

No ambiente escolar, verifica-se uma prática tradicional com a introdução de trabalhos a serem realizados após a leitura, derrubando todo o prazer alcançado por ela. Mesmo quando os professores pensam que estão fazendo um trabalho que desenvolve o gosto pela leitura por prazer, realizam atividades que não são do agrado do aluno e fazem sempre essas atividades porque existe a necessidade de uma avaliação.



A questão do ensino de literatura infantil e juvenil esbarra no fato de que a preocupação com o volume de leitura e a avaliação sobrepõem-se à leitura com qualidade e que proporciona prazer. Além disso, em relação aos PCNs, fica claro que o encaminhamento da proposta fica a cargo das editoras que procuram classificar as obras por séries e temas transversais, destacando o fato de que se aprende “*na realidade, sobre a realidade e da realidade*” (Ática, 2000, p.90). Assim, permanece a idéia de que o trabalho com literatura no Ensino Fundamental realiza-se didaticamente ou ainda de forma sistematizada, a escola insiste em sistematizar a leitura literária como forma de ensinar “a realidade”.

Verifica-se também que a biblioteca escolar não tem sido valorizada, não tem podido atuar eficazmente como mediadora de leitura, pois sua utilização restringe-se à pesquisa de conteúdos, não sendo prestigiada naquilo que tem de mais importante – as oportunidades de leitura de obras de literatura – principalmente na rede particular, onde é possível realizar investimentos. Na rede pública, existe um trabalho conjunto entre professores e bibliotecárias, mas o fato agravante é a própria condição da biblioteca, que é pobre, não podendo ter um grande acervo e também sem contar com verbas para isso, forçando os professores a trabalharem com os exemplares que possuem, às vezes, de qualidade questionável, sem atualização dos títulos.

Ao aluno, resta a leitura de alguns volumes, indicados pelos professores através de uma listagem, ou pela adoção de uma leitura sistematizada, isto é, com a ordem e seqüência da professora, que dá o “tom” dessa leitura. Em um ambiente em que tudo se mostra propício à valorização da leitura, como é o caso da escola de rede particular, encontram-se obstáculos que não se consegue vencer, como é a necessidade de avaliação de leitura, mesmo tendo sido realizadas atividades lúdicas para o trabalho de compreensão do texto.

Certamente essa questão é que mais tem atuado para que haja uma defasagem em relação à leitura, pois os alunos querem ler o que seus amigos indicam, o que dizem que é bom. Querem fazer isso para comentar entre eles, para discutir, trocar idéias e também para conhecer outras coisas. É essa

mediação horizontal que existe entre eles que tem sido desprezada pela escola, que insiste em verticalizar a mediação, tornando-a improdutiva.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luiz Antônio. Reinações sempre na literatura infantil e juvenil. *Revista Doce de Letra*. Disponível em: <http://docedeletra.com.br/index.html> Acessado em: março de 2000.

BORDINI, Maria da Glória e AGUIAR, Vera Teixeira de. *Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

ITURBE, Kepa Osoro. Valoramos la LIJ en la escuela? In: *Cuadernos de Literatura Infantil y Juvenil*. nº122, 1999.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil. In: EVANGELISTA, Aracy A. M.; BRANDÃO, Helena M. B.; MACHADO, Maria Z. V. (orgs). *A escolarização da leitura literária - o jogo do livro infantil e juvenil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.